

Escala 6 por 1 e o trabalho digno no Brasil



» ANA VALÉRIA ARAÚJO
Advogada especialista em direitos socioambientais e diretora-executiva do Fundo Brasil de Direitos Humanos

de vida dos trabalhadores são diversas no país. Tramita no Congresso o Projeto de Lei Complementar 12/2024, que dispõe sobre direitos para motoristas autônomos intermediados por plataformas digitais. O projeto prevê garantias como remuneração mínima por hora trabalhada, limitação de jornada e pagamento à Previdência, parcialmente, custeada pela empresa de aplicativo.

O projeto enviado ao Congresso resultou de um grupo de trabalho que incluiu representantes de entidades associativas dos próprios trabalhadores de aplicativos, além de empresas e governo. Os entregadores em moto e bicicleta seguem mobilizados para obter o direito ao pagamento mínimo por hora desde o momento em que se conectam à plataforma do aplicativo.

As trabalhadoras domésticas contabilizam como conquista recente a aprovação da Política Nacional de Cuidados, que reconhece essas trabalhadoras como público prioritário no acesso a políticas públicas como creche, saúde, transporte e moradia.

Tanto o grupo de trabalho que ajudou a construir o projeto de lei complementar dos motoristas de aplicativos quanto às contribuições das trabalhadoras domésticas ao Plano Nacional de Cuidados contaram com a participação de grupos organizados que, desde 2022, recebem recursos e fortalecimento institucional do Labora — Fundo de Apoio ao Trabalho Digno. Essa iniciativa do Fundo Brasil de Direitos Humanos coloca a filantropia no papel de fomentar debates e ações que se convertam em propostas inovadoras e abrangentes para um campo em intensa transformação, como é o trabalho.

A filantropia de justiça social e socioambiental, como o Fundo Brasil, assim como o Investimento Social Privado podem e devem ter, no debate democrático, o papel de impulsionar mudanças sociais estruturantes, capazes de produzir experiências positivas com possibilidade de serem replicadas, escaladas. Nesse sentido, transferir recursos e capacidade técnica a

grupos de base, mobilizados de forma autônoma pelas populações e comunidades que lutam por mudanças, é uma forma de jogar luz sobre possibilidades de inovação.

Assim como grupos de entregadores e domésticas, o Labora tem no portfólio mais de 90 coletivos de trabalhadores organizados, para os quais doou mais de R\$ 26 milhões. Esses grupos estão dedicados a construir propostas de trabalho digno para o setor da reciclagem, para camelôs, para trabalhadores rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, para trabalhadoras sexuais, imigrantes, refugiados, em uma ampla e diversa abordagem sobre o presente e o futuro do trabalho.

No Brasil, a pauta do trabalho digno para as diversas categorias de trabalhadores precarizados é uma pauta de justiça social, racial e de gênero, e de redução das desigualdades. Somos um país em que quem trabalha mais e em piores condições ganha menos. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, 11 milhões de pessoas cumprem a escala 6 por 1. Os setores em que esse regime laboral é mais recorrente são o comércio — lojas, supermercados, bares, restaurantes —, e serviços — segurança patrimonial, funções básicas na saúde.

Também é preciso considerar que somos um país com alta informalidade, que atinge quase quatro em cada dez trabalhadores, de acordo com o dado mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em agosto. E que 99% das empresas no país são micro e pequenas empresas, que respondem por 55% dos empregos formais, segundo o Sebrae.

O fim da escala 6 por 1 é uma demanda justa. Mas, em um país tão complexo, é preciso ainda mais. Fortalecer o que os trabalhadores de cada setor e cada categoria esperam e entendem como dignidade no trabalho é o caminho para esse debate. A voz dos trabalhadores precisa ser ouvida e verdadeiramente considerada.

» AMANDA CAMARGO

Advogada especialista em direito do trabalho e coordenadora do Labora — Fundo de Apoio ao Trabalho Digno

O fim da escala de trabalho 6 por 1, um dia de folga para cada seis trabalhados, ganhou força como reivindicação popular. Com isso, impulsionou o debate sobre redução da jornada de trabalho no país, e um pré-projeto neste sentido conquistou, na Câmara dos Deputados, assinaturas de parlamentares em número suficiente para ser protocolado como Proposta de Emenda à Constituição.

A redução da jornada de trabalho é uma pauta que unifica os brasileiros de esquerda e direita como há muito não acontecia no país. Segundo pesquisa do DataSenado divulgada em maio, 73% dos brasileiros defendem que o governo crie incentivos para que as empresas reduzam a jornada sem redução de salários. Das pessoas pesquisadas, 85% dizem que teriam mais qualidade de vida se trabalhassem um dia a menos por semana, e 40% afirmam que teriam mais tempo para cuidar da família, um tema caro à direita.

Ainda, 55% das pessoas acreditam que menos tempo laboral melhoraria a saúde mental dos trabalhadores, e para 25%, melhoraria a saúde física. Jornadas menores e mais pausas também são apontadas como medidas de adaptação à elevação das temperaturas.

Para além da redução de horas trabalhadas, as demandas para melhorar a saúde e a qualidade

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

Penas ao vento

Acreditem, a polarização política, por seu poder dissipador e insidioso da cizânia, uma vez inculcada aos quatro ventos, torna-se impossível regressar. É como o fofoqueiro da aldeia, que arrependido de suas intrigas, foi se consultar com o sábio local para tentar reverter o mal que tinha causado às pessoas por sua língua cheia de veneno. Ciente de que esse era um caso sem solução, o sábio sugeriu ao consulente, que pegasse um grande travesseiro de pena de beija-flor e fosse ao mais alto monte do lugar e sacudisse-o durante uma tempestade de vento. Depois de seguir os conselhos do sábio, o fofoqueiro voltou para saber dos resultados de sua penitência. “Volte lá”, disse-lhe o sábio, e “recolha cada uma das penas de beija-flor espalhadas”.

Ficasse restrita apenas à esfera política, a polarização extremada faria seus estragos apenas entre os políticos, não trazendo seus malefícios para o mundo exterior. Ocorre que a política, por sua necessidade vital nas relações humanas, permeia toda a vida em redor. Não há um lugar sequer onde os ventos da política não soprem de uma forma ou de outra. A política, uma vez infectada com o veneno da discórdia, produz seus efeitos por toda a parte, não respeitando os laços familiares e as amizades fraternas de longo tempo.

Trata-se de um veneno deletério ao próprio espírito humano. Quantas e quantas vidas não foram ceifadas ao longo da história humana, apenas tendo leitmotif, a polarização política. A questão a intrigar todos é saber porque até hoje não encontramos antídoto para esse mal, se conhecemos seus efeitos, suas causas e, sobretudo, de onde partem e com intenção são criados.

Não somos imunes à polarização, da mesma maneira que não somos imunes ao mal. Talvez, isso se deva ao fato de que temos, interiormente, o mal instalado dentro de alguma parte de nós. O que talvez sirva de consolo para alguns é que, diante do fato de termos adentrado milhas nessa selva incivilizada, já nos encontramos, todos igualmente perdidos. Queira o céu que, nessa luta pela sobrevivência, não tenhamos que repetir o que aconteceu na história do voo 571, da Força Aérea Uruguaia, que caiu na Cordilheira dos Andes, em outubro de 1972, com 45 pessoas a bordo, sendo que da tripulação, apenas 16 sobreviveram comendo a carne dos mortos nessa tragédia. Observem que o fenômeno do canibalismo não é desconhecido dos homens, acompanhando-o desde as cavernas.

A polarização política exacerbada, fosse apenas uma espécie de canibalismo circunspecta a classe política, não teríamos queixas maiores. Só que essa fome pelo outro extrapola o ringue das radicalizações, atacando também o entorno com toda a ferocidade. Hoje são raros, tanto em nossa sociedade como em outros lugares pelo mundo, infensos ao mal dos extremismos políticos.

O século 21, que seria o da vitória da tecnologia e da modernidade, tem aliado avanços da ciência com o que de mais primitivo existe na índole humana. Em nosso tempo, homens têm sido mortos como moscas, por diferenças religiosas, culturais e outras escolhas. A sentença fatalista “está tudo dominado” junta-se, agora, a “está tudo polarizado”. Em nosso caso particular, a coisa toda ganha ainda mais dramaticidade quando verificamos que, em nossa aldeia, o sábio, que deveríamos consultar para sanar parte de nossas culpas pela cizânia, também foi contaminado pelos ventos funestos da polarização e, portanto, torna-se impedido de proferir nossas penitências ou absolvição.

» A frase que foi pronunciada

“Nada mais cretino e mais “cretinizante” do que a paixão política. É a única paixão sem grandeza, a única que é capaz de imbecilizar o homem.”

Nelson Rodrigues

Leitura

» Um deleite correr os olhos pelas linhas do Lumiar de Lamparina, um livro de memórias de Luiz Bezerra de Oliveira. Ora sorrindo, ora enxugando as lágrimas, o livro é um exemplo da riqueza de vida de tantas pessoas que atravessaram as maiores privações para alcançar a vitória nos estudos e no trabalho, com os pés no chão.

» História de Brasília

A minha terceira atividade é publicada, mas quando recebo dinheiro dou recibo, o que nem todos fazem na nossa profissão, infelizmente. (Publicada em 27/4/1962)

Ser pioneiro em Brasília



» RENATO BAUMANN
Economista

superquadras 100 e 300 da Asa Sul foram construídas com recursos dos então IAPB, Ipase, IAPC, Iapfesp, IAPI, Iaptec. Cada um deles se distinguia dos demais, entre outras coisas, pela cor dos veículos, e havia uma clara competição saudável para atingir o ritmo mais elevado de construção. Afinal de contas, a lei determinava que, se o prazo estabelecido para a inauguração não fosse cumprido, não haveria mudança da capital, com o que o esforço feito teria sido perdido. A cada edifício que atingia o sexto andar havia comemoração. Frequentemente, com a presença do presidente da República. A única construção de alvenaria era a igreja N.Sra. de Fátima, promessa da primeira dama. O resto era obra e pó.

Tendo respirado muita poeira e vivenciado o clima bastante especial de estímulo à construção acelerada, sempre me incomodou que alguns personagens que chegaram aqui, quando já havia bastante asfalto, iluminação noturna nas ruas, e que vieram para morar em apartamento, sejam considerados pioneiros e, assim, apresentem-se, enfatizando os dias de “sacrifício” da sua mudança. Esse pessoal que veio ganhando salário em dobro, para morar em apartamento, em diversos casos com móveis do então GTB, pode, quando muito, ressentir-se da falta de vida cultural em comparação com seus lugares de origem. Mas isso não é propriamente pioneirismo.

Segundo o dicionário Aurélio, pioneiro é precursor. Não deveria ser considerado como tal quem chegou e se beneficiou do trabalho feito por milhares de

pessoas. Deveria ser estabelecido um critério para classificar as pessoas realmente pioneiras.

Minha sugestão é que sejam consideradas pioneiras aquelas pessoas que possam atestar que: 1) não vieram para Brasília morar em apartamentos ou nas casas geminadas da W3 Sul, simplesmente porque quando aqui chegaram nada disso existia; 2) durante anos, chamaram o Núcleo Bandeirante de Cidade Livre; 3) já moravam em Brasília no início de 1960 (porque nos dias que antecederam a inauguração houve enorme movimentação de gente vinda de vários lugares); 4) chegaram aqui antes da pavimentação dos Eixos Rodoviário e Monumental e aí experimentaram algumas dezenas de rodamosinhos; 5) presenciaram o efeito inesquecível da primeira iluminação dos eixos rodoviários; 6) durante anos, identificaram as Superquadras menos por sua numeração e mais pelo instituto responsável por sua construção (e a cor correspondente); 7) assistiram à cerimônia de inauguração, não apenas como um espetáculo plástico, mas como uma realização de seu trabalho de anos.

Crianças acompanham suas famílias. Vir para cá não foi, evidentemente decisão minha, mas em momento algum lamentei o fato. Pioneiros (precursores) foram os adultos que tomaram a decisão de vir ajudar a construir a nova capital. Quem não atende às condições acima não deveria ser considerado pioneiro. É apropriação indevida e oportunista. Parafrazeando o Anselmo Goes, nesses casos pioneiro é.... deixa para lá.

No próximo mês de abril, serão comemorados os 65 anos da inauguração formal de Brasília como capital do país. Com certeza veremos manifestações de diversos tipos, com festas populares, pessoas contando suas experiências, homenagens a personalidades da cidade, enfim, todo esse tipo de coisas que acontecem nessas oportunidades.

Certamente, serão homenageados diversos pioneiros. Ao longo dos anos, temos visto ‘pioneiros’ de diversos tipos alardeando os sacrifícios da vinda prematura para cá. A questão central é: quem pode se considerar pioneiro nesta cidade?

Eu cheguei aqui em 29 de julho de 1958, vindo de Copacabana, com minha família. Meu pai era médico e veio instalar o serviço de saúde do então IAPB, Instituto responsável pela construção das superquadras 108 e 109 Sul.

A construção de Brasília, no seu início, ficou a cargo de diversos Institutos de Aposentadoria e Pensão (os antepassados longínquos do atual INSS) de várias categorias funcionais. As

